

Tempo I - 1989 a 1999 - Espaço e cultura  
**O sagrado e o urbano: gênese e função das cidades**

Zeny Rosendahl

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROSENDAHL, Z. O sagrado e o urbano: gênese e função das cidades. In: *Uma procissão na geografia* (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 47-75. ISBN 978-85-7511-501-5. Available from: doi: [10.7476/9788575115015.0004](https://doi.org/10.7476/9788575115015.0004). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/wy7ft/epub/rosendahl-9788575115015.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## O SAGRADO E O URBANO: GÊNESE E FUNÇÃO DAS CIDADES<sup>1</sup>

É possível reconhecer o sagrado como elemento de produção do espaço. Autores como Lewandowski (1984) sustentam, a esse respeito, que as construções são moldadas pelas ideias de uma sociedade, suas formas de organização econômica e social, a distribuição de recursos e autoridade, suas atividades, crenças e valores prevaletentes em qualquer período de tempo. De fato, critérios culturais podem ser tão importantes quanto fatores como clima e tecnologia para influenciar a construção do espaço.

Deseja-se sugerir uma maneira particular de olhar as cidades em relação ao seu contexto cultural, estabelecendo-se um elo entre a religião, a gênese da cidade e uma de suas funções.

### ORIGEM DAS CIDADES: O PAPEL DO SAGRADO

Em relação à origem das cidades, há duas vertentes interpretativas. A primeira aponta os antigos santuários paleolíticos como base

---

<sup>1</sup> Versão revisada e atualizada, publicada originalmente no livro *Hierópolis: o sagrado e o urbano*. 1 ed. Rio de Janeiro, 1999.

de desenvolvimento das cidades. Trata-se de uma abordagem que privilegia o papel ativo da religião. Eliade (1962), Coulanges (1988), Mumford (1991), Tuan (1980) e outros autores compartilham dessas ideias. A segunda vertente atribui às complexas transformações que se verificaram no período neolítico o suporte da gênese e evolução das cidades. Os pensadores dessa vertente valorizaram os fatores técnicos e econômicos. São eles Gordon Childe (1974), Sjoberg (1960), Harvey (1980), Singer (1976), entre outros.

Ao falar de sagrado e urbano, colocamos o templo como elemento forte da conexão entre cidade e religião. A presença do santuário ocupando o lugar central nos primeiros núcleos de povoadamentos é reconhecida por ambas as vertentes de pesquisadores. Os santuários paleolíticos são exemplos dos primeiros indícios de uma vida cívica. A caverna desempenhou um papel importante na arte e no ritual da época. Ali nos santuários verificava-se uma vida mais intensa. Não representavam apenas abrigo e lugar de expressão artística. Exerciam também um poder de atração para homens vindos de muito longe, atraídos pelo estímulo espiritual para compartilhar as mesmas práticas mágicas ou crenças religiosas.

A atração ocasional de homens a esses centros, motivada não por necessidade de residência fixa, e sim pelo estímulo espiritual, continua sendo um dos critérios essenciais definidores da cidade-santuário. A estrutura que suporta esses centros cerimoniais pode ser uma gruta paleolítica,

um centro cerimonial maia, a pirâmide, o zigurate e outros, porém todos dotados de poderes cósmicos. Tais pontos fixos e espaços sagrados de encontros, periódicos ou permanentes, aos quais convergem devotos de mesma prática ou crença religiosa, são visitados ainda hoje. Jerusalém, Meca, Roma, Benares, Pequim, Lourdes são exemplos de continuidade na prática da peregrinação e talvez com a mesma finalidade original. Alguns desses santuários mais famosos jamais vieram a se tornar grandes cidades. Religiosamente falando, Londres e Bagdá são secundárias em relação a Canterbury e Meca. E cidades-santuário de peregrinação como Lourdes e Santiago de Compostela promoveram, sobretudo, funções urbanas relacionadas aos peregrinos.

Na cultura paleolítica, já era possível encontrar algumas sementes da vida urbana que surgiria mais tarde. As famílias viviam em seu próprio lar, possuíam seu próprio deus, seu próprio oratório, seu próprio cemitério, falavam a mesma língua e participavam de um modo de vida semelhante. Se havia alguma divisão do trabalho, era de espécie doméstica, determinada muito mais pela idade e pela força do que pela aptidão vocacional.

A ideia religiosa está intimamente relacionada à evolução da sociedade humana. Coulanges (1988) acredita que elas se desenvolveram ao mesmo tempo. É certo que, por proibição religiosa, duas tribos de modo algum podiam fundir-se em uma só. Mas, assim como muitas pátrias ou clãs esta-

vam reunidos em uma mesma tribo, muitas delas puderam associar-se sob condição de respeitar o culto de cada uma. No dia em que nasceu essa aliança, nasceu a cidade. Ao mesmo tempo que essas famílias se uniram, logo conceberam uma divindade superior à de seus deuses domésticos, que, por ser comum a todos, protegia todo o grupo. A associação entre sociedade e religião continuou naturalmente. Família, pátria, tribo, cidade são grupos perfeitamente análogos e nascidos uns dos outros. Coulanges afirma ter sido o culto quem estabeleceu o vínculo a cada nova associação, realizando a expansão da ideia religiosa: “À medida que a religião foi se desenvolvendo, a sociedade humana engrandeceu-se” (1988, p. 150).

Coulanges (1988), por sua vez, justifica a expansão de uma religião doméstica sobre as outras. Bastava que uma divindade de certa família adquirisse grande prestígio, quer pela superstição dos homens ou pela prosperidade demonstrada pela família, para que a tribo desejasse adotar o seu deus e o seu culto. Dessa forma, o deus foi conquistando maior autoridade, deixando o lar doméstico por outra habitação comum a todo o grupo: o templo. Embora cada aldeia pudesse ter seu templo e seu culto em local comum, havia uma difusão maior do sentimento religioso por meio do fogo sagrado e do culto dos antepassados.

Antes que as principais invenções e instituições neolíticas fossem criadas, o sagrado estava visivelmente presente nos santuários. Anteriormente não encontramos o mercado

ou a fortaleza, mas sim a ideia da criação sobrenatural do mundo. “O agente é um deus, um sacerdote-rei ou herói: o *locus* da criação é o centro do mundo” (Tuan, 1980, p. 174). Esse centro geralmente é reconhecido como santuário tribal, templo, pirâmides e centro cerimonial.

No estudo da gênese das cidades, vamos considerar os elementos culturais da comunidade paleoneolítica. Os rituais religiosos do paleolítico não se apagaram com a ascensão da cidade; pelo contrário, o sagrado permaneceu e ampliou a sua eficácia e alcance. O que efetivamente foi verificado com o surgimento das cidades foi a concentração de diversas funções até ali dispersas e desorganizadas dentro de uma área limitada. Essa concentração, realizada no interior de muralhas, já continha partes da protocidade: santuário, fonte, aldeia, mercado e fortificação. A cidade se revelou não simplesmente um meio de expressar em termos concretos a ampliação do poder sagrado e secular, mas também um meio de expressão ampliada de todas as dimensões da vida. Começando por ser uma representação do cosmo, “um meio de trazer o céu à terra, a cidade passou a ser símbolo do possível” (Mumford, 1991, p. 39).

Para interpretar a origem das cidades, é preciso tratar igualmente da técnica, da política e da religião, sobretudo do aspecto religioso da transformação.

Com base em estudos arqueológicos, Mumford (1991) e Tuan (1980) enfatizam que os monumentos e documentos des-

cobertos mostram que a ampliação geral do poder foi acompanhada por imagens e símbolos que brotavam do inconsciente e eram transferidos às formas da arte. As inscrições e documentos encontrados entre as ruínas eram mais de natureza religiosa do que política ou econômica. A cidade foi erguida pela vontade de Deus, e o sacerdote-rei era o símbolo todo-poderoso. Era um ser semidivino, um intermediário entre o céu e a terra. O cocriador do cosmo.

Efetivamente, no curso natural da gênese e evolução das cidades, o papel desempenhado pela religião foi essencial. Tanto o poder sagrado quanto o poder temporal cresceram ao absorver as novas invenções da época. A necessidade de controlar o ambiente também deu mais autoridade àqueles que se ocupavam dessa função. O sacerdote e o monarca, muitas vezes unidos numa só função e cargo, desfrutavam de maior autoridade.

As cidadelas mais antigas apresentam um recinto murado, feito de materiais duráveis. Dentro desse recinto geralmente se encontram três grandes edificações de pedra ou tijolos cozidos: o templo, o palácio e o celeiro. A magnitude das muralhas e os portões limitavam o espaço sagrado. As fortificações defendiam o povo não somente dos inimigos humanos, como também dos demônios e das almas dos mortos. Na Europa medieval, os sacerdotes consagravam as muralhas da cidade para que elas pudessem afastar o demônio, a doença e a morte, ou seja, os perigos do caos. Mumford (1991) e Tuan (1983) corroboram a respeito da ideia

da função religiosa das muralhas. A altura e a espessura exagerada dessas muralhas nas cidades mais antigas mostram-se significativamente fora de proporção, considerando-se os meios militares que então existiam para assaltá-las. Tal extravagância estaria associada às construções do homem a serviço de seu Deus. O propósito simbólico da construção provavelmente antecipou a função militar.

Por trás da muralha, a cidade tornou-se um recinto sagrado, era o lar do seu Deus poderoso. Os símbolos arquitetônicos e legitimados pelo povo elevaram a cidade muito acima da aldeia. Foram as potências religiosas que se achavam dentro dos templos e dos palácios que estabeleceram as finalidades e os significados às transformações urbanas. A cidadela era a associação religiosa e política das famílias e das tribos. Os homens tinham os mesmos deuses e cumpriam os atos religiosos no mesmo santuário. A cidade tinha o seu conjunto de orações e práticas, sempre conservadas em segredo. Julgava-se que a cidade que revelasse aos estrangeiros suas crenças comprometia a sua religião e o seu destino.

A segunda vertente privilegia as transformações que se verificaram no Neolítico, envolvendo o aparecimento de uma classe dominante e a imposição de uma separação entre dominadores e dominados; entre os que se apropriam de excedentes de produção e realizam trabalho intelectual de um lado, e a massa de agricultores de outro. Essa separação origina a cidade, cercada, que abriga os símbolos de dominação, o



palácio e o templo, e os agentes da dominação – militares, sacerdotes e os especialistas diversos, artesãos, comerciantes e escravos.

A segregação juntamente com a centralização eram atributos do santuário. A segregação foi tão importante para a formação da cidade quanto a centralização. Uma vez efetuada a transformação urbana, o aparecimento das classes sociais se verifica de modo simultâneo. Foi no contexto dessas sociedades de classe que surgiram as primeiras cidades. Singer chama atenção de que a origem da cidade se confunde com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto, a precede historicamente (1976).

No processo de origem da cidade, é necessário que aqueles que não trabalham mais no campo – os guerreiros e sacerdotes – fixem suas residências em outro tipo de *habitat*, que é a cidade.

Somente quando a residência dos guerreiros se transforma em forte e a dos sacerdotes em templo, agrupando-se ao seu redor as casas de seus servos especializados, isto é, que igualmente deixaram de ser produtores diretos, só então a estrutura de classes se consolida e o princípio de diferenciação entre campo e cidade se estabelece (Singer, 1976, p. 13).

É importante verificar que a gênese das primeiras cidades está vinculada à apropria-

ção de um excedente por uma classe social que emerge e que tem, no aparecimento do Estado e na Religião, os elementos de controle efetivo político, militar, institucional e ideológico assegurando e justificando a dominação.

Há acordo geral de que algum produto agrícola excedente foi necessário para a emergência das formas da cidade. David Harvey (1980), Gordon Childe (1974), Gideon Sjoberg (1960), Paul Singer (1976) e Darcy Ribeiro (1979) aceitam a tese do fenômeno urbano a partir da existência de excedentes alimentares que possibilitaram a divisão social do trabalho e o aparecimento de classes sociais.

O conceito de excedente tal como se relaciona com o urbanismo tem sido objeto de grande pesquisa na literatura sobre as origens urbanas. Propõe-se neste estudo o exame do excedente em sua relação com o sagrado. As teorias supõem que o excedente para sustentar uma elite foi extraído de uma base agrícola. Alguns apontam para a possibilidade de que o poder para extrair excedentes tornou-se concentrado nas mãos de uma elite devido à necessidade de coordenar esforços para alimentar uma população crescente com uma base limitada de recursos. Outros enfatizam que as elites surgiram por monopolizar uma forma de conhecimento ou tecnologia. Nas sociedades pré-urbanas, o conhecimento espiritual ou religioso realmente poderia ter sido uma fonte importante para monopolizar. O espiritual impregnou essas comunidades, e os líderes espirituais

podiam ganhar seu *status* monopolizando poderes que todos pensavam ser essenciais para o sucesso da comunidade.

Em ambos os caminhos teóricos, o papel religioso está presente. Sabe-se que, nas primeiras civilizações, as sociedades eram dirigidas por reis-sacerdotes. Eles coletavam, armazenavam e redistribuíam excedentes. Dessa forma, Sack (1986) atribui à expansão de líderes espirituais, juntamente com a interdependência econômica crescente entre as comunidades, a base para o surgimento de uma elite permanente. Ela se encarregava do excedente e exercia o controle territorial sobre a população camponesa.

A cerimônia do repasto era um culto de comunhão do homem com a divindade bastante comum na Grécia, onde se acreditava que a salvação da cidade dependia de sua realização. As regras da antiga religião nunca deixaram de ser observadas, e os repastos sagrados conservaram-se em Esparta e perpetuaram-se em Roma. Um componente importante desses rituais sempre foi a coleta, o consumo dos excedentes comunitários num repasto praticado em comum, tendo como símbolo a religião (Coulanges, 1988). Com a consolidação do poder sacerdotal, verifica-se a consolidação e centralização dessa função econômica. O principal passo para transformar esse monopólio espiritual em econômico é ter o clero monopolizando o papel de coordenar e redistribuir os excedentes.

Nesse ponto, emerge um centro cerimonial principal, originando a protocidade. Segundo Sack (1986), trata-se de uma comu-

nidade agrícola que cresceu em população e produtividade econômica e que agora tem o equivalente de uma classe econômica que herda o poder político e está encarregada de acumular e redistribuir excedentes. A autoridade sobre a terra não está mais com a comunidade ou com os deuses, mas nos representantes de ambos: o governo e o rei-sacerdote. O povo ainda pode doar excedentes sem coerção, e a vida aparentemente permanece a mesma, com exceção importante de que o aldeão agora está na posição de produzir um excedente que não será consumido diretamente pela comunidade local. À medida que mais excedentes chegam às mãos dos sacerdotes, precisa-se controlar que as cotas rituais sejam cumpridas e que a unidade de produção seja mantida. Calcular e organizar contribuições exige registros, supervisores e administradores. Em outras palavras, exige o aparelho de Estado, com administradores e coletores de impostos.

Os privilégios desfrutados pelo clero a partir do século VII na Europa medieval valorizavam mais a sua situação. Os bispos encontravam-se investidos de um verdadeiro domínio senhorial sobre os homens e sobre as terras. O papel da Igreja na vida econômica e administrativa da cidade-catedral consistia no direito de polícia, administrador do mercado, regulador do recebimento dos impostos, vigia da cunhagem das moedas e provedor da manutenção das estradas. Era o domínio do regime teocrático.

A classe dirigente via-se, assim, compelida a criar ciências, as quais deveriam ser

úteis na administração das vendas obtidas com os excedentes. A escrita e as notações numéricas eram necessárias à classe dirigente. Acrescenta-se ainda a ação dos *litterati*, aqueles que reelaboraram a cultura tradicional no sentido de justificar a sociedade de classes. Os camponeses dos arredores pagavam impostos ao levar seus excedentes para feira ou mercado. Também por ocasião das festas do ano, os produtores do exterior afluíam à cidade, acumulando ainda mais as colheitas episcopais e o pagamento dos tributos. Nesses termos, a prática sagrada da oferta transformou-se em excedente para ser vendido. A prática religiosa passa a ser legitimada, entendida e aceita na vida urbana.

O simbolismo cósmico das cidades antigas estava no conjunto do templo. No início, o templo era de fácil acesso ao povo. Lentamente foi se ampliando a distância entre o templo e o povo.

As cidades cerimoniais como Cholula, Monte Albán, Tula, Xochicalco, El Tajín, Chichén Itzá e Tenochtitlán, caracterizavam-se por sua organização interna específica. Essas cidades sugerem uma ordem espacial hierarquizada, centradas no espaço sagrado. Geridas por cleros organizados e dirigentes diversos, essas cidades sagradas eram assinaladas por templos piramidais, pátios cerimoniais, praças de mercado e terraços. As elites sacerdotais organizavam as cidades em torno do santuário que ligava o povo ao mundo sobrenatural.

Os centros cerimoniais nem sempre atraíram uma população permanente às

suas periferias. Alguns santuários maias e os do Planalto de Dieng, em Java, estavam localizados ou em lugares muito remotos ou em terras agricolamente improdutivas, não favorecendo a fixação de grandes populações. Permaneciam a maior parte do ano vazios, apenas com a presença dos sacerdotes, dos guardas e dos artesãos. Esses centros cerimoniais eram procurados durante os tempos de festa.

#### A FUNÇÃO DAS CIDADES

A complexidade funcional das cidades do mundo moderno tem na grande divisão territorial do trabalho a sua maior expressão. Há, de um lado, cidades centrais, de distribuição de produtos industrializados e prestação de serviços, cidades hierarquizadas entre si e, de outro, cidades especializadas como as cidades-portuárias, cidades-industriais, cidades-administrativas, cidades de recreação, cidades-universitárias e cidades-religiosas, entre outras. Nas primeiras, as atividades básicas são múltiplas, enquanto nas segundas são específicas, possuindo um padrão de localização próprio.

Entre as cidades especializadas, as religiosas possuem uma ordem espiritual predominante, sendo marcadas pela prática religiosa da peregrinação ou romaria ao lugar sagrado.

Pelo simbolismo religioso que esses locais possuem e pelo caráter sagrado atribuído ao

espaço, podemos chamá-los de hierópolis ou cidades-santuário. Assim, cidades-santuário são centros de convergência de peregrinos que, com suas práticas e crenças, materializam uma peculiar organização funcional e social do espaço. Esse arranjo singular e repetitivo pode ser de natureza permanente ou apresentar uma periodicidade marcada por tempos de festividades, próprios de cada centro de peregrinação (Rosendahl, 1994). E acrescenta-se que as formas espaciais construídas são variáveis segundo as diferentes religiões. As hierópolis podem ser encontradas em pleno deserto, como no caso de Meca; no sopé dos Pirineus, como em Lourdes; ou em área baixa e sujeita às enchentes, como em Porto das Caixas, na Baixada Fluminense. Em outros locais, podem apresentar a função religiosa, convivendo com outras funções. Benares, por exemplo, possui uma universidade hindu, e em Kairouan, centro de peregrinação tunisiano, a grande mesquita era um tipo de universidade.

Ao analisar as atividades das cidades de função religiosa, é preciso considerar dois aspectos: a sua organização espacial interna e o papel do agente modelador, no caso os peregrinos, através da vivência do espaço sagrado. Romaria ou peregrinação, por outro lado, é uma prática religiosa que consiste em uma visita na qual o visitante tem uma nítida intenção de devoção. Essa visita é feita a um lugar sagrado e vem acompanhada do comportamento religioso de pedir graças ou de agradecimento por uma benção obtida. O deslocamento dos peregrinos para o exer-

cício de sua religião pode apresentar-se de duas maneiras: a primeira envolve um fluxo permanente, enquanto a outra, um fluxo periódico de peregrinos.

As hierópolis que atraem um fluxo permanente de peregrinos são aquelas para as quais fluem milhares de fiéis ao santuário durante todo o ano, e não somente por ocasião das festas. As outras, cidades-santuário de fluxo periódico, são aquelas em que a prática religiosa implica a ida em certas ocasiões, geralmente uma ou duas vezes por ano, coincidindo com os dias de festividades. É preciso, então, prever, ao redor do santuário, alojamento e estacionamento para os veículos. Essas acomodações, às vezes, são construídas pelos fiéis e têm a duração da festa. É ao redor do santuário desses núcleos que é organizada a vida urbana no tempo de festa ou tempo sagrado.

Uma característica das cidades-santuário de fluxo periódico de peregrinos é o isolamento em que o santuário se encontra. Localiza-se na zona rural, afastado da vida urbana quer por grande distância, quer pela dificuldade de acesso, ou ainda por ambos os fatores. Deffontaines (1948) denominou-as de “cidades de domingo” ao se referir a essas cidades de função religiosa, localizadas principalmente na América do Sul.

Na organização espacial das cidades-santuário, encontra-se frequentemente um comércio anexo ao lugar de atividade religiosa, aquele de objetos da devoção do peregrino. Encontram-se também restaurantes, farmácias e comércio de artigos não



religiosos. A presença dessas atividades qualifica o espaço profano das cidades-santuário. A cada fluxo concentrado de peregrinos, seja semanal, mensal ou anual, a vida urbana é recriada nas cidades-santuário.

Ressaltaremos, primeiramente, aquelas cidades-santuário em que o fenômeno religioso é a atividade mais importante, como Lourdes e Meca. A seguir consideraremos a gênese dos religiosos do catolicismo popular brasileiro.

### *Os centros religiosos clássicos*

Há religiões que incentivam as peregrinações. O budismo, o catolicismo e o islamismo são algumas delas. O mesmo não acontece em outras religiões, como no protestantismo, no qual as peregrinações não fazem parte da prática religiosa. Os peregrinos, enquanto agentes modeladores do espaço nas cidades-santuário, têm a importante tarefa simbólica de produzir e reproduzir o arranjo espacial urbano. Porém, a interpretação das funções urbanas só pode ser realizada se forem compreendidos os elementos de determinada cultura, isto é, como os membros dessa cultura definem e compreendem os valores religiosos.

No interesse de conhecer as funções religiosas e a organização espacial das cidades-santuário, selecionamos dois exemplos de lugares consagrados ao exercício da religião: Meca, cidade-santuário do islamismo, e Lourdes, uma importante cidade-santuário do cristianismo. Ambas são de magnitude internacional.

O islamismo teve origem nas palavras reveladas ao profeta Maomé, que nasceu em 570. Vivendo em Meca, grande centro de comércio do Oriente Médio, recebeu sua primeira revelação divina em 610. O islamismo se baseia em cinco manifestações de fé: dizer repetidamente o credo básico, fazer oração, dar esmolas, jejuar e fazer peregrinação.

A peregrinação anual a Meca – ou *Hajj* – é um dos mais notáveis movimentos de população no Oriente Médio, tendo durado, sem interrupção, os treze séculos do islamismo. Constitui-se na principal fonte de renda para a região de Hijaz, na Arábia Saudita. “Nós não plantamos trigo ou sorgo, os peregrinos são nossas colheitas”, diz um ditado popular de Meca. As peregrinações tiveram efeito sobre a rede de transporte da Arábia. Meca, na época de Maomé, era um importante centro econômico e cultural para os nômades da região.

O islamismo remodelou funcionalmente esse centro, dando-lhe novo significado religioso e geográfico após o declínio comercial pelo qual Meca passou. Até o século XIX, o tráfego transarábico era organizado pelas tribos beduínas do Hijaz e do norte da Arábia. De acordo com estudos realizados por King (1972), essas tribos obtinham seus rendimentos fornecendo camelos e guias para as caravanas de peregrinos. No século XIX, com a abertura do Canal de Suez e os aperfeiçoamentos na construção de navios, o transporte marítimo foi intensificado. Hoje, é um acontecimento altamente

organizado pelo governo árabe-saudita. Agências de viagens operam em vários países, e há conexão dos voos com os ônibus destinados ao transporte de peregrinos.

O *Hajj* na vida de um muçulmano não representa apenas a obediência ao mandamento da fé, mas também possui um aspecto social. Segundo Jackson e Hudman(1990), aquele que faz a peregrinação tem direito a usar para sempre o título de *Hajj* em seu nome, assegurando uma posição de honra e importância em sua comunidade.

O aspecto religioso da peregrinação a Meca é marcado por práticas devocionais bastante significativas para os muçulmanos. A cerimônia moderna no mês de Dhu'l-Hijjah é a fusão de duas cerimônias anteriores, a *Hajj* e o *Umrah*, e tem por centro Meca e o seu santuário, a Caaba. Algumas práticas religiosas exigem visita a lugares externos à cidade de Meca. Primeiramente, o peregrino veste uma roupa especial, ritualmente limpa, a *ihram*, e então pode iniciar as práticas tradicionais da peregrinação, o que inclui diversas cerimônias, como visitar o recinto sagrado de Haran, a permanência em Arafat, visitar o lugar de martírios e testemunho e apedrejar o satanás. É a mais importante, a que exige que o peregrino caminhe sete vezes ao redor da Caaba e beije a parede da Pedra Negra. De acordo com a tradição islâmica, a Pedra Negra foi entregue a Abraão pelo anjo Gabriel.

A circulação de peregrinos tem importância geográfica singular em Meca. Contudo, devido ao forte fluxo de caráter

puramente religioso, não há muita relação com fluxos secundários de comércio, intercâmbio cultural e integração política. A *Hajj* é notável pela extensão que ocupa no espaço urbano de Meca, pela valorização religiosa dos lugares visitados e pela situação isolada da concentração sagrada. O movimento de peregrinos através dos séculos manteve uma circulação interna de muçulmanos que permitiu uma ligação valiosa entre as diferentes regiões. Sopher (1981) atribui a esse fato o caráter urbano da população permanente de Meca e Medina, que, apesar de ser exclusivamente muçulmana, não é, em sua maioria, de origem local.

A peregrinação islâmica, ou *Hajj*, está crescendo em importância. Com o padrão de vida se elevando por todo o Oriente Médio, especialmente nos países que possuem petróleo, e com a difusão de transporte mais rápido e mais barato, há um aumento crescente no número de muçulmanos visitando Meca. Hoje, em contraste com o passado, as caravanas de camelos foram substituídas pelos modernos transportes aéreos. A peregrinação sofreu modificações em seu acesso à cidade-santuário. A devoção e o ritual tradicional, contudo, foram preservados, mantendo-se as características do espaço sagrado de Meca, de acordo com suas origens no século VII.

Atualmente, o governo árabe-saudita investe na construção de facilidades para a peregrinação, tanto no setor de transportes como no de saúde, construindo ambulatórios e unidades hospitalares móveis no percurso da *Hajj*. Também o governo árabe construiu

matadouros modernos e *freezers* para melhorar as condições sanitárias durante o sacrifício ritual de animais, costume que anteriormente agravava os problemas de saúde. A mudança mais importante na peregrinação islâmica, no entender de King (1972), refere-se às melhorias médicas. A taxa de mortalidade entre os peregrinos era extremamente alta devido ao seu estado enfraquecido após a longa viagem, à ausência de condições sanitárias nas cidades-sagradas e à exposição a doenças oriundas de várias partes do mundo, entre elas, como as mais letais, varíola, cólera e malária.

Meca e Jerusalém são cidades-santuário que possuem enorme importância por serem lugares de origem de religiões: Meca para o islamismo e Jerusalém para o cristianismo. Há lugares, contudo, em que a peregrinação teve origem numa hierofania, e o espaço foi então revestido do caráter sagrado, como em Lourdes. A cidade-santuário de Lourdes está situada no sopé dos Pirineus franceses, sendo a segunda cidade na religião católica, depois de Roma, com significativo fluxo de peregrinos. A peregrinação originou-se em 1853, a partir da aparição de Maria, mãe de Jesus Cristo, à menina chamada Bernadette Soubirous, nas grutas às margens do Rio Gave de Pau. Desde o século XIX, a pequena cidade se tornou um centro convergente de peregrinos católicos de procedência inicialmente regional, depois nacional e, por fim, internacional. O fenômeno espacial da peregrinação a Lourdes difere da peregrinação de *Hajj* a Meca, mas as funções urbanas nessas cidades-santuário, de sistemas

religiosos diferentes, apresentam um padrão comum de atendimento aos peregrinos. A cidade se organiza para os devotos. É preciso primeiramente dar condições de acesso ao lugar sagrado e, em seguida, alojar os peregrinos. O Porto Djedda foi criado no Mar Vermelho para acolher os peregrinos vindos de Meca; em Lourdes, há numerosos trens especiais para o transporte dos peregrinos. Escalonam-se as peregrinações na tentativa de evitar chegadas em massa. Em Lourdes, foi constituído um Secretariado Geral de Peregrinações. É um órgão que planeja a vinda dos fiéis, dividindo-os entre os meses de abril a agosto para atendimento das dioceses francesas. Existem também agências de viagens que organizam pequenos grupos de peregrinos.

A peregrinação a Lourdes é marcada por períodos de alta e de baixa concentração de peregrinos, havendo três fases: uma primeira, de pouco movimento, que ocorre nos meses de novembro a fevereiro; uma segunda, de crescimento do número de peregrinos, que se estende de março a junho; e a terceira fase, correspondente ao período de maior concentração de peregrinos durante os meses de julho, agosto, setembro e outubro. A magnitude do movimento de peregrinos à cidade-santuário de Lourdes possui relação com o fator climático. As baixas concentrações ocorrem no inverno, e os maiores fluxos de peregrinos ao local acontecem nos meses quentes: na primavera e no verão. Rinschede (1985) pôde constatar a forte ligação dos visitantes com a religião e, inversamente, a

fraca ligação deles com o turismo, a despeito de Lourdes estar situada numa região pitoresca. Dos visitantes, 75% são peregrinos que vão por motivos estritamente religiosos, enquanto 25% dos peregrinos visitam Lourdes como turistas. É bem difícil discernir com exatidão os peregrinos, daí a distinção feita por Rinschede de peregrinos religiosos e peregrinos de turismo.

Pouco a pouco as cidades-santuário multiplicam e modernizam o acesso de chegada dos peregrinos, bem como constroem albergues modestos e dormitórios ao lado de luxuosos hotéis. Em Lourdes, há também alojamentos especializados para peregrinos doentes. Talvez seja o único caso dentre as cidades-santuário que oferece um serviço altamente especializado. A divisão funcional nessas cidades, seja do islamismo ou do catolicismo, envolve uma organização espacial altamente formal. Como área focal, está o espaço sagrado no qual se realiza o contato do peregrino com o seu Deus. Ao redor do espaço sagrado estendem-se as atividades auxiliares associadas ao peregrino, atividades que definem o espaço profano. Nele estão as atividades de alojamento para os visitantes, comércio de artigos religiosos e demais serviços destinados ao grande número de peregrinos. A cidade-santuário de Lourdes compreende o espaço sagrado da gruta onde houve a aparição, que tem uma fonte d'água e locais de banho, sob os quais se construiu a basílica subterrânea.

É possível reconhecer no espaço profano de Lourdes as atividades relacionadas aos

peregrinos: área com hotéis, pensões e abrigos para doentes, áreas administrativas pertencentes à Igreja, área de comércio de artigos religiosos, correio, fórum e praças.

*A gênese dos centros religiosos do catolicismo popular brasileiro*

No Brasil, os mistérios da fé cristã foram introduzidos pelos portugueses por meio não só da intervenção do Estado, mas também das ordens religiosas. O complexo processo de ocupação do espaço brasileiro, feito em etapas e valorizando áreas em momentos distintos, permitiu que o catolicismo assumisse características próprias, bastante distintas do catolicismo europeu.

Um dos aspectos característicos do catolicismo popular brasileiro, no pensamento de Oliveira (1985), é a privatização das relações dos homens com os seres sagrados: “muita reza, pouca missa, muito santo, pouco padre”. A privatização do sagrado, nesse caso, se expressa pela relação do homem religioso com este, sem a intervenção de nenhuma mediação institucional. Nos estudos realizados por Rosendahl (1994), as relações do homem religioso com o sagrado se efetuam diretamente; elas ficam, assim, sujeitas à interpretação e ritualização do praticante: é ele quem decide em matéria religiosa.

Convém acrescentar que a cultura local reflete o alto nível de sacralidade no controle sobre o ritual e as crenças. As práticas de rezas, as promessas e romarias tomam a forma simbólico-religiosa centralizada nos santos.



É em torno deles que emerge o catolicismo popular centrado nos santos canonizados pela Igreja, os santos locais – canonizados ou não –, os diversos títulos devocionais de Jesus e de Maria, almas de defuntos e figuras lendárias.

As romarias ou peregrinações no Brasil datam do século XVI, sendo de origem portuguesa, e constituíram-se desde o começo e ao longo de sua história numa presença de conflito entre a fé popular, que quer se expressar espontaneamente, e a hierarquia eclesiástica, que tenta submetê-la ao seu controle. As romarias são manifestações religiosas em que o povo busca uma forma de reivindicar, com liberdade, suas crenças religiosas. Para Oliveira (1985), o fenômeno da religiosidade popular é um sistema simbólico resultante do trabalho anônimo e coletivo de agentes sociais não especializados em religião, no qual o povo, como participante, produz e reproduz um campo religioso, em que os símbolos e lutas seculares se recobrem com os nomes do sagrado. Não existe um conhecimento sistematizado, e sim um conjunto de mitos e práticas do sagrado que se constitui em um saber oral, um repertório de crenças e ritos recriados na memória coletiva popular.

Os centros religiosos brasileiros como expressão do catolicismo popular originaram-se a partir de diversas manifestações do sagrado, relacionadas, em sua maioria, a fatores econômicos e políticos. Apesar de os primeiros locais de culto terem surgido no primeiro século da colonização portuguesa, foi nos séculos XVII e XVIII que surgiram

os mais importantes centros de convergência religiosa do país. Destaca-se, no século XVI, a atuação dos missionários jesuítas e franciscanos na conquista e ocupação do litoral brasileiro. As romarias nesse século foram incentivadas pelos religiosos e tinham uma finalidade missionária de catequese e de evangelização. Já nos séculos XVII e XVIII, as práticas religiosas, principalmente no interior do país, nasciam espontaneamente da piedade popular e se desenvolviam com ampla liberdade de expressão. O povo constrói, assim, o espaço sagrado, evidenciando a vontade divina na escolha do lugar destinado ao culto. Enquadram-se nessas características os centros religiosos paulistas do interior.

Durante o século XVIII, a expansão dos santuários coincide com a grande corrente migratória de aventureiros portugueses e brasileiros em direção a Minas Gerais e demais regiões mineiras. O que caracteriza a formação dos santuários nesse século é a ausência das ordens religiosas clássicas que evangelizaram o litoral brasileiro. O movimento missionário do século XVIII não foi clerical, e sim leigo. Os santuários que surgem nesse período representam uma tentativa popular de valorização da fé em oposição aos males trazidos pelo ouro. É nesse contexto econômico, que produziu luxo e poder para uns e miséria e opressão para outros, que o número de ermidas ganha maior importância na Bahia e em Minas Gerais.

A história do catolicismo brasileiro registra vários movimentos de protesto social de camponeses no final do século XIX. O epi-

sódio de Padre Cícero, em Juazeiro, oferece à geografia da religião um rico material à reflexão sobre o fenômeno das romarias no Ceará. O contexto econômico em que ocorreu o movimento religioso em torno da figura do Padre Cícero revela o sertão do Nordeste empobrecido pela decadência da produção açucareira, pela exploração dos camponeses pelos grandes proprietários rurais e pela ocorrência de secas. Com isso, alguns grupos se formaram para resolver, à sua maneira, a situação de injustiça social na qual estavam mergulhados. É nesse contexto econômico e religioso que o milagre e a divulgação dele se espalham além de Juazeiro.

A multidão que converge até hoje ao santuário de Padre Cícero, no Nordeste, vivencia de maneira extraordinária o espaço sagrado e o espaço profano do centro religioso. É possível reconhecer as formas espaciais que são produzidas pelos agentes modeladores envolvidos: os romeiros e os barraqueiros na categoria de agentes não religiosos especializados e os padres e as freiras como agentes religiosos especializados.

As hierópolis do século XX não diferem muito daquelas anteriormente criadas. O processo de romanização que incluía a substituição das devoções tradicionais pelas novas devoções mostrou-se bastante eficaz nas paróquias urbanas. Baseado em Oliveira (1985), nos santuários rurais o processo de romanização não prevaleceu. Isoladas no interior, sem contato permanente com o padre, as práticas religiosas permaneceram nas mãos de agentes religiosos, não especializados.

Os rezadores, beatos e capelães mantêm as práticas tradicionais do catolicismo popular. O século XX é marcado tanto pela criação de espaços sagrados decorrentes de uma hierofania como pela criação programada. Como exemplo de criação com base em uma hierofania, menciona-se o Santuário de Jesus Crucificado, em Porto das Caixas. Ele se constitui no espaço sagrado dos peregrinos, em sua maioria, da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Como exemplo da criação programada, cita-se, no município de Quixadá, Ceará, o templo inaugurado em 1995, conhecido como Santuário de Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão.

#### À GUIA DE PROPOSIÇÃO

Como vimos, a religião, qualquer que seja a vertente explicativa que se adote, desempenhou e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento, transformação ou declínio de algumas cidades.

No Brasil, há um considerável conjunto de centros religiosos que merecem estudos que contribuam para o conhecimento do espaço sagrado e do tempo sagrado. Sugerem-se análises aprofundadas das formas espaciais produzidas por agentes sociais concretos, os agentes religiosos especializados e os não especializados, reconhecendo-se a organização espacial em razão da valorização que o sagrado impõe ao lugar.

## REFERÊNCIAS

- CHILDE, G. "The urban revolution". In WALTON, J. et al. *Cities in change: studies on the urban condition*. 3. ed. Boston, 1974.
- COULANGES, F. *A cidade antiga*. 11 ed. Lisboa: Clássica, 1988.
- DEFFONTAINES, P. *Geographie et religions*. Paris: Gallimard, 1948.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1962.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- JACKSON, R. e HUDMAN, L. E. *Cultural Geography: people, places and environment*. Saint Paul: West Publishing Company, 1990.
- KING, R. "The pilgrimage to Mecca: some geographical and historical aspects". *Erdkunde*, v. 26, n. 1, 1972, pp. 61-73.
- LEWANDOWSKI, S. J. "The built environment and cultural symbolism in post-colonial Madras". In AGNEW, S. A. et al. *The city in cultural context*. Boston: Allen and Unwin, 1984.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- OLIVEIRA, P. A. R. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- RIBEIRO, D. *O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. 5. ed Petrópolis: Vozes, 1979.

- RINSCHÉDE, G. “Das Pilgerzentrum Lourdes”.  
*Geographia Religionum*. Berlim: Dietrich  
Reimer Verlag, v. 1, pp. 195-257, 1985.
- ROSENDAHL, Z. *Porto das Caixas: o espaço sagrado  
da Baixada Fluminense* (tese). Universidade  
de São Paulo, 1994.
- . “O sagrado e o urbano: gênese e função das  
cidades”. *Hierópolis: o sagrado e o urbano*. 1 ed.  
Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 118 p.
- SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and  
history*. Cambridge: Cambridge University  
Press, 1986. 259 p.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3 ed.  
São Paulo: Brasiliense; Cebrap, 1976.
- SJOBORG, G. *The preindustrial city: past and present*.  
Texas: Glencoe Free Press, 1960.
- SOPHER, D. E. “Geography and religions”.  
*Progress in Human Geography*, v. 5, n. 4, pp.  
510-24, Londres, 1981.
- TUAN, Y.-F. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- . *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.